

Edição 220 |
Agosto de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

Contracapa

EDITORIAL

SINDICATO, ESPAÇO DE FORMAÇÃO

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria realizou, neste mês de agosto, o 7º Seminário Educação em Foco. No ano em que o SINPROSM completa 30 anos, reafirmamos o papel do sindicato como espaço de formação. Historicamente reconhecido como espaço de mobilização e luta por remuneração, melhores condições de trabalho, enfim, pelos direitos dos trabalhadores, o sindicato tem também papel fundamental na formação.

Na sétima edição, o seminário apresentou como tema a pergunta Por que precisamos educar a humanidade?. São tempos de avanço do preconceito e da violência, de agressão ao meio ambiente e aos animais, de dificuldade de diálogo e intolerância, enfim, um contexto de radicalismos e desumanização das relações. Vivemos um contexto de radicalismos e desumanização das relações. Nosso seminário se propôs a discutir acerca do papel da educação e, de modo especial, do professor nesse cenário.

O trabalho em educação é um trabalho com o humano. De acordo com Paulo Freire, “escola é sobretudo, gente/ Gente que trabalha/ que estuda/ Que alegre, se conhece, se estima./ O Diretor é gente,/ O coordenador é gente,/ O professor é gente,/ O aluno é gente,/ Cada funcionário é gente.” A condição de GENTE nos humaniza e nos reconhecemos como GENTE é fundamental para humanizar as relações. Essa é a escola na qual acreditamos, a escola que nos reconhece como humanos e nos humaniza.

Por outro lado, se considerarmos o contex-

to brasileiro, vivemos um tempo de desvalorização da ciência, de banalização do conhecimento, de ataques à educação (sobretudo a pública) e, por consequência, ao professor (sobretudo o de escola pública). Diante disso, precisamos nos fortalecer enquanto professores, enquanto agentes do conhecimento, da educação. Nossa formação profissional se dá pelas trocas que estabelecemos em nossos ambientes de trabalho e também em espaços coletivos, como o sindicato, nos quais é possível discutirmos e refletirmos sobre nossa função enquanto professores e sobre a importância da educação.

Vivemos tempos de reafirmar o óbvio (ou o que julgávamos óbvio). Conhecimentos já estabelecidos, documentados e comprovados cientificamente são questionados, o respeito à diferença e a valorização da diversidade passam por um momento de retrocesso, discussões que pensávamos super-

radas voltam à tona, conquistas democráticas são colocadas em risco. Vivemos tempos obscuros.

E, nesse contexto, qual é o papel da educação? Por que precisamos educar a humanidade? O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, (que, aliás, também tem sido questionado nesses tempos difíceis) disse que “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Que possamos educar para essa transformação. Que os espaços de formação e o sindicato fortaleçam a cada um de nós enquanto *professor gente*, enquanto *categoria profissional*, enquanto TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO.

“A condição de GENTE nos humaniza e nos reconhecemos como GENTE é fundamental para humanizar as relações.”

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS



CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELAS NÃO INCORPORÁVEIS À APOSENTADORIA

O Plenário do STF, em decisão com Repercussão Geral, decidiu que parcelas que não serão pagas na aposentadoria não podem ser base de cálculo da contribuição previdenciária.

Com isso, direitos como o terço de férias, horas extras, adicional noturno, insalubridade, periculosidade, regime suplementar de trabalho não incorporado aos proventos, dentre outras parcelas, não podem compor a referida base. Sendo assim, aqueles servidores públicos que sofreram descontos sobre parcelas dessa natureza podem pleitear a devolução dos valores arbitrariamente descontados.

O acórdão do processo RE 593.068 foi publicado em março desse ano. O julgamento teve Repercussão Geral, o que significa dizer que seus efeitos devem ser aplicados a todos processos em curso no Judiciário que versarem sobre o tema.

A tese vencedora foi assim fixada: “Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.” Os termos são claros no sentido de demonstrar que as parcelas citadas são exemplificativas, sendo que qualquer outra que não será incorporada não deverá compor a base de cálculo dos descontos previdenciários.

Bem mais de 30 mil processos estavam suspensos aguardando o entendimento do Plenário do STF. Ações que agora deverão ser analisadas e, na maioria dos casos, encaminhadas para a fase de cálculos dos valores devidos aos servidores.

Novos processos podem ser ajuizados para impedir descontos em desacordo com o entendimento do STF, bem como a devolução das quantias abatidas nos vencimentos nos últimos 05 anos. Importante que os servidores verifiquem junto aos seus sindicatos de base, se há ações coletivas ajuizadas, antes de propor eventuais ações individuais, em face da questão prescricional.

Para maiores informações, os filiados que tenham interesse no tema, devem procurar a assessoria jurídica do SINPROSM nos plantões nas terças-feiras, das 14 às 17 horas.

PLANO DE SAÚDE

IPASSP-SM DE OLHO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E IPE SAÚDE

Gestores do instituto levaram informações aos professores municipais em conferência do VII Seminário Educação em Foco

Foto: Mariana Olhaberriet

Como é tradicional no Seminário Educação em Foco, o Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria teve seu espaço. Na tarde de sexta-feira (9) o presidente Eglon Canto e o diretor previdenciário Adriano Porto demonstraram números e a situação atual do IPASSP-SM na mesa coordenada pela professora Martha Najar.

O primeiro tópico, devido ao interesse dos professores, foi sobre o plano de saúde. Eglon explicou que ainda que exista a tratativa da prefeitura com o IPE Saúde, o edital para a licitação está sendo encaminhado pelo IPASSP-SM, inclusive com estudo para um plano intermediário contemplando apenas assistência hospitalar e ambulatorial, diminuindo assim o custo para o segurado. Informa que o IPASSP-SM não possui informação sobre o IPE, o que cabe à prefeitura. Alerta que se houver mudança será necessária uma lei para extinguir o fundo de saúde. “Nesse caso serão necessários pelo menos seis meses de transição”, adianta.

Eglon apresentou dados do mais recente estudo atuarial anual, de 31 de dezembro de 2018, com seus 1.612 inativos, 397 pensionistas e 3.246 ativos. A faixa de idade dos 50 a 55 anos é a maior



Coordenadora Martha Najar apresenta Eglon Canto e Adriano Porto na última conferência do evento

entre os servidores da ativa, o que representa um quadro maduro. “Tendência é de que a folha do IPASSP-SM passe a ser maior do que a dos ativos em breve”, alerta. A alíquota de repasse mensal da prefeitura para amortização do passivo está em 29% da folha de pagamento dos ativos e passará em 2020 a 33%, devendo chegar a partir de 2029

a 108%. O passivo, valor necessário para cobrir todas as aposentadorias e determinado em cálculo atuarial auditada pelo Ministério da Previdência, atualmente ultrapassa 2 bilhões de reais, com prazo restante de 25 anos. “Por isso vocês têm visto, na imprensa, a intenção da prefeitura em repassar imóveis ao plano”, explica.

POSICIONAMENTO DO SINPROSM SOBRE O IPE SAÚDE

A coordenação do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria não é contra a possibilidade do IPE vir a ser o plano de saúde do funcionalismo municipal. Também não defende a permanência da Unimed nas atuais condições. Acreditamos que ambas não contemplam totalmente as aspirações do conjunto dos servidores e por isso mais informações são necessárias. Tudo o que foi comunicado até o momento pelos entes envolvidos é insuficiente para uma tomada de decisão não apenas desta coordenação, mas principalmente do conjunto das categorias que serão afetadas por essa mudança. São várias as questões em aberto.

- É fato que o número de médicos credenciados ao IPE Saúde é reduzido devido à baixa remuneração e gera dificuldades no agendamento de consultas aos atuais segurados. O que está sendo feito no sentido de garantir que o sistema não entre em colapso com a entrada de mais de 10 mil (existem estimativas que acreditam em até 20 mil) novos segurados?

- É fato que a Unimed também tem grandes dificuldades de garantir o agendamento de consultas com celeridade, com um custo alto comparando-se com seu benefício;

- Uma das esperanças da categoria é a re-

dução do custo do plano de saúde. No entanto, mesmo que isso seja provável, não há nenhuma garantia de que acontecerá. Só teremos alguma indicação do percentual a ser descontado em folha após a conclusão do levantamento online da prefeitura e a consequente negociação com o Governo do Estado, com base nos dados gerados. Até a conclusão desta etapa, tudo serão conjecturas;

- Não há dúvidas que a maior vantagem da entrada no IPE Saúde será o atendimento hospitalar. Para muitos de nós, este é o ponto decisivo na comparação com o serviço prestado pela Unimed. Merecemos um atendimento bom com preço justo e precisamos ter garantias de que a qualidade do IPE no novo contexto não cairá;

- Em relação ao levantamento promovido pela prefeitura, é muito genérico o questionamento sobre a intenção do servidor na adesão ao IPE. Como responder sem saber quanto custará, que tipo de atendimento teremos e quais os seus benefícios? Muitos podem ter certezas, mas muitos ainda tem dúvidas.

- No modelo vigente, o IPASSP-SM é responsável pela oferta do plano de saúde ao servidor, recolhendo mensalmente a parte patro-

nal (3,5% da folha salarial) em um fundo. Estão depositados atualmente mais de 20 milhões de reais. O IPE, no entanto, não estabelece convênio com autarquias, portanto se IPE for confirmado, a nossa saúde precisará sair do IPASSP-SM e passar para a gestão direta da Prefeitura. Nessa condição, qual o futuro do fundo de saúde? Por direito, ele é dos funcionários e conosco deve permanecer. Precisamos ser protagonistas na decisão sobre o seu destino.

O atual contrato da Unimed com o IPASSP-SM encerra-se em setembro. O prazo para que todas essas questões sejam respondidas é curto. Diariamente, professores e outros servidores buscam informações junto ao Sinprosm sobre o plano de saúde, pois o assunto gera apreensão em todos que dependem desta decisão para garantir a segurança das suas famílias. Gostaríamos de poder responder com mais propriedade a todos, porém não temos elementos para tanto.

A saúde do funcionalismo municipal não pode e, se depender do Sinprosm, não será objeto de debate politiquero, demagógico e oportunista. Precisamos de um plano de saúde seguro, eficiente e que seja adequado ao poder aquisitivo de todos.

FORMAÇÃO

SEMINÁRIO PARA EDUCAR A HUMANIDADE

Sinprosm viabiliza quatro dias de atividades de formação para discutir a educação e o papel do professor na sociedade atual

Foto: Bibiana Rigão Iop

Discutir o papel do professor em um contexto de desumanização das relações humanas foi o objetivo do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria na 7ª edição do Seminário Educação em Foco, realizado de 6 a 9 de agosto.

“Pensamos o sindicalismo não apenas para lutar por direitos, mas também para contribuir com o fortalecimento da identidade do professor da escola pública e das políticas que dão possibilidade de educar para transformar o mundo. Acreditamos que o sétimo seminário cumpriu com essa missão”, avalia a coordenadora de finanças, Juliana Moreira.

Na noite do dia 9, o evento teve seu encerramento no Theatro Treze de Maio com espetáculo da Cia Sorriso com Arte. A apresentação contou com músicas ao vivo pela banda do Sorriso com Arte e na voz de Daiane Diniz. Performances desafiadoras de estilo circense que lembram musicais da Broadway, mesclando com pegadas do rock e pop internacional (foto abaixo).

ABERTURA

Citando o pensamento do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, para quem a escola é formada sobretudo por *gente*, a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical,



“Nos reconhecermos na condição de gente nos humaniza, e é fundamental para humanizar as relações. Essa é a escola no qual acreditamos”, disse a coordenadora Celma Pietczak na abertura

Celma Pietczak, reforçou que “nos reconhecermos na condição de gente nos humaniza, e é fundamental para humanizar as relações. Essa é a escola no qual acreditamos”. Por outro lado, entende que o contexto brasileiro impõe que o professor se fortaleça enquanto agente do conhecimento e da educação, sendo o seminário

um espaço do fortalecimento desta identidade. A secretária municipal de educação, Lúcia Madruga, relata preocupação quando questões de educação consideradas resolvidas voltam a ser discutidas. “Educação é uma responsabilidade nossa, não interessa o espaço que ocupamos”.

Foto: Mariana Olhaberriet



FORMAÇÃO

“SONHAR É UM ATO POLÍTICO”

A mesa sobre os desafios da educação das infâncias no atual contexto brasileiro abriu o segundo dia de seminário. A necessidade do sonho foi a abordagem central da Dr^a Sandra Richter. “Só alcançamos a inteligibilidade do real se tivermos a capacidade de sonhar”, afirma ela, principalmente no contexto de “um tempo sem tempo”. A professora da UNISC entende o pedagogo como artífice do humano e que lidar com gente é lidar com sonhos e utopias. Acredita que a educação infantil não é lugar para ensinar a viver, “pois eles já vivem”: “educação é uma relação relacional, não só sobre o ponto de vista dos adultos ou das crianças. A complexidade de educar está no encontro de dois tempos”. Deixa uma questão: “como estamos apresentando os começos linguageiros para as crianças, em um mundo de pressa?”

Para a professora Cleonice Tomazetti é possível acreditar na premissa de que há uma crise na educação, projetada em décadas anteriores, que tornou-se permanente e hoje é urgente. Trouxe o exemplo de dois eventos díspares de violência tendo como alvo a escola: as mortes em Suzano e o ataque em São Carlos onde um vereador arrancou trabalhos expostos por discordar do conteúdo religioso. A complexidade do mundo, segundo ela, dificulta a função de mediadora da educação, pois “manchetes como essas não são fáceis de serem explicadas”. Cleonice elenca como desafios para os educadores a demonstrar que todas as vidas importam, não só as midiaticizadas; a proteção de todas as formas de manifestação humana, sendo a primeira delas a da existência; a luta pela garantia de todos os direitos; a resistências a formas autoritárias; dentre outras. “Cabe às novas gerações receber esse mundo e perceber tudo o que há nele para seguir o transformando. A nós cabe sustentá-lo”.

Foto: Mariana Olhaberriet



Foto: Mariana Olhaberriet

“MEMÓRIA NÃO É O BASTANTE”

Por Bibiana Rigão Iop

A mesa temática da segunda tarde de seminário abordou a documentação pedagógica como instrumento de prática e avaliação, coordenada pela professora Juliana Moreira e participando do debate a doutoranda professora Niquele Streck Machado e a mestrande professora Giovana Alonso.

A professora Niquele comentou sobre a importância da educação e de se continuar estudando para melhor educar. Explicou que mesmo que nem todo registro seja uma documentação pedagógica, toda documentação pedagógica depende de registros de boa qualidade. Também reforçou a importância dessa documentação, uma vez que apenas a memória não é o bastante, e que entre as principais formas de como o fazer estão anotações rápida, gravar as vozes, tirar fotos ou até fazer vídeos para uma análise posterior.

Logo após, a professora Giovana falou sobre sua experiência em documentação pedagógica com criança da educação infantil e de que registros como o desenho é uma forma de linguagem em que as crianças contam coisas que talvez de outra forma elas não contassem. Explicou que a forma de registro escolhida deve ser a que mais lhe for confortável, pois não deve ser um fardo, e que é importante que a documentação seja compartilhada tanto com a criança, quanto com os professores e a família, para uma interpretação mais ampla do que se apresenta.

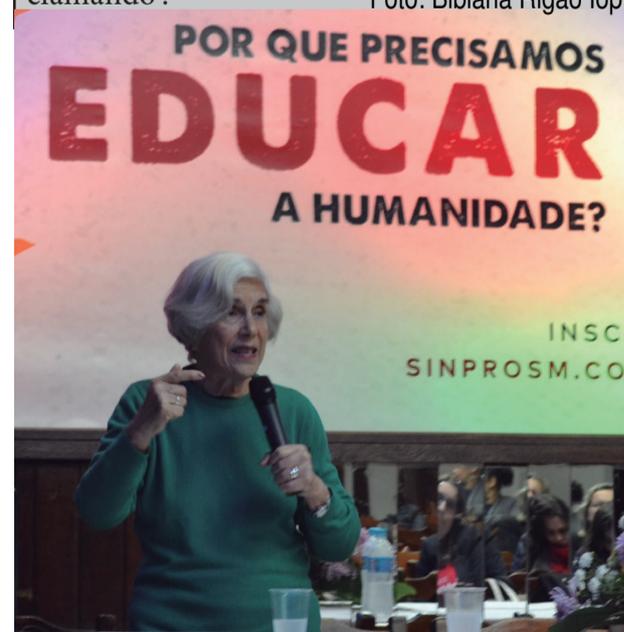
CRISE HUMANITÁRIA

A conferência de abertura esteve à cargo da professora doutora da UFRGS Carmem Maria Craidy, que relacionou a educação no Brasil com a crise humanitária mundial. Entende que o aumento da desigualdade, fome, migrações decorrentes de guerras, desemprego, violência social, dentre outros fatores, são causadas pela crise do capitalismo financeiro, mudanças no modo de trabalho, avanço do neoliberalismo em detrimento da destruição da social-democracia, em um contexto de guerras comerciais e emergência de lideranças autoritárias.

No Brasil, suas marcas são a agenda pós-golpe de 2016, reformas, destruição de políticas sociais e a ascensão do Governo Bolsonaro. Para ela, “é essencial que o ser humano seja educado para que seja mais humano”. O obscurantismo, a tecnologia desligada da cultura, a desqualificação da ciência são parte do processo de dominação, em que “a crise é, na verdade, um projeto”.

Critica as propostas atuais para a educação, também parte da conjuntura de desmonte: “Não acredito que vão conseguir reformar, mas vão tentar desorganizar”. A organização, para a pedagoga, é a maior forma de resistência. “Para onde isso vai evoluir? A gente não sabe, mas não dá para ficar em casa reclamando”.

Foto: Bibiana Rigão Iop



FORMAÇÃO

INVISIBILIDADE DA EJA

Houve consenso, na mesa que encerrou a programação de quarta-feira, sobre as dificuldades atuais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com o analfabetismo funcional em 29% e 52,6% dos brasileiros sem concluir a educação básica, as matrículas na modalidade caíram de 4,8 milhões para 3,5 milhões nos últimos 10 anos. “Se temos demanda, por que os índices estão caindo?”, pergunta a mestranda Lenir Keller. A professora da rede municipal relata que a Base Nacional Comum Curricular não traça diretrizes e a agenda educacional do atual Governo Federal está levando o EJA para a invisibilidade. “A municipalização das agendas políticas educacionais não tem sido acompanhada por aporte financeiro”, aponta ela como uma das causas, somada à falta de po-

líticas novas para a modalidade. “Acredito que o momento é de nos mobilizarmos, por que o momento não é favorável”, conclui.

Também professora da rede municipal, a doutora Ana Paula Zimerman enfatiza o peso da teoria freireana na EJA. Um dos aspectos é a existência de diferenças no processo de aprendizagem entre jovens e adultos com outras modalidades, e a consideração das especificidades locais. “Em Santa Maria, o ensino na Maringá é diferente da Lorenzi e diferente do Passo das Tropas”, tendo em conta a interrelação entre os elementos educação x realidade x diálogo. Com a influência da economia de mercado e da globalização nas políticas de governo, a representação social se faz cada vez mais necessária. “O estado neoliberal, se pudesse, largava tudo. O que nos segura é a Constituição, que garante as políticas sociais”.

Foto: Tânia Regina Silva



“NORMAL” E “ANORMAL”

No salão do Clube Dores, concomitantemente às rodas de conversa, uma mesa discutiu políticas públicas para a educação especial. A Me. Carolina Noya trouxe o contexto histórico e a formulação das políticas públicas para a área, que teve por base, em grande parte, a separação. “Nossa lógica dicotômica diz que o que não está na regra normativa do belo, do hétero, do bom, está em um polo oposto como anormal”, resume. Para ela, é necessário que se entenda pela lógica da diferença, pois o viés da anormalidade é excludente, violento e tende a silenciar o que não se encaixa. Vê a escola como espaço de resistência pela humanização das relações. “Nas escolas podemos buscar a construção de um outro sujeito”, afirma a professora da rede municipal.

“A escola não é só desafio nem só potência. É um misto das duas coisas”, disse a Dr^a Eliana de Menezes, professora da UFSM, sobre o papel da escola enquanto instituição no processo de inclusão dos públicos historicamente excluídos, onde atuam as políticas de inclusão e de educação especial. Nesse contexto, a escola teria a função de socializar e subjetivar, dando aos educandos a possibilidade de ter uma personalidade própria e estar ciente de suas ações. A busca da normalidade, segundo ela, permite entender que algumas vidas merecem ser vividas e outras não. “A escola ensina a viver em meio à pluralidade das formas humanas, reconhecendo como legítimas as singularidades”, afirma.

Foto: Mariana Olhaberriet

DO CHÃO DA ESCOLA

O terceiro dia do 7º Seminário Educação em Foco descentralizou suas atividades. Na manhã de quinta-feira (8), sete rodas de conversa foram realizadas na sede do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria, Escola Estadual João Belém, Sitracover, Igreja Batista e Edifício Ilha de Santa Clara, onde os professores municipais apresentaram sua produção acadêmica e fomentaram a troca de experiências. Na inscrição, os professores optaram por um dos temas propostos: educação ambiental, linguagens das infâncias, educação especial, educação no campo, tecnologias na educação, práticas de gestão e atividades físicas.

Os trabalhos acadêmicos selecionados para as rodas de conversa serão compilados no e-book “Autoria e Saberes Docentes”, a ser publicado posteriormente pelo Sinprosm.

Fotos: Tânia Regina Silva



FORMAÇÃO

BASE NÃO É CURRÍCULO

Os grupos de influência que voltaram ao Ministério da Educação após o impeachment tiveram peso na elaboração da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio implementada durante o Governo Temer, afirmou o doutorando Rafael de Brito Viana na palestra da tarde de quinta-feira (8) mediada pela professora Cristina Rigão.

Ele explica que a nova BNCC começou a ser gestada em 2015, em um momento político de fragilidade do Governo Dilma, e intensificada a partir de 2016, quando os grupos do setor privado orientados pelo Consenso de Washington aumentaram sua influência em um contexto de reformas. O texto da BNCC resulta das negociações entre os diversos conjuntos de interesses que formam o Conselho Nacional de Educações, dentre as quais fundações como Lehmann, Itaú, Ayrton Senna, dentre outros, e em muitos trechos soa contraditório.

Em um contexto de performatividade, alerta que “nós professores seremos cobrados por resultados, que leve a uma lógica de competitividade. Não interessa mais o que aprendeu ou não, interessa o resultado nas avaliações”. Ele acredita, no entanto, que pais, alunos e professores devem estar dentro das discussões dos projetos político-pedagógicos para que respeitem as características de cada instituição. “Temos que prezar por um currículo poderoso, pensado para a nossa escola. Precisamos lutar pela autonomia relativa”, entende.

SINDICATO E RESISTÊNCIA

Por Bibiana Rigão Iop

Na manhã do último dia de seminário, o painel Educação pública e Sindicato virou uma roda de conversa sobre a formação como caminho da resistência. Coordenado pela professora Vera Simon do Monte, participaram da roda a professora Maria Isabel Almeida e professora Cleunice Fialho.

Contextualizando sobre o surgimento dos sindicatos, a professora Cleunice explicou que foi devido à necessidade das escolas públicas de lutar por seus direitos de trabalho e salário. Reafirmou a importância de não se ver as escolas como um mercado de trabalho, mas como um agente do estado que proporciona a educação pública, um direito do povo.

Já a professora Maria Isabel trouxe a tona como começaram as primeiras entidades formadoras na metade da idade média por conta da igreja, uma vez que só os padres eram letrados. Apresenta o desenvolvimento do contexto histórico até o surgimento das escolas que vemos atualmente e porque, após a 1ª



Foto: Tânia Regina Silva

COM OLHAR SENSÍVEL

“As crianças começam a ser gente pelo olhar”, disse o filósofo Celso Ilgo Henz, pós-doutor e professor da UFSM na roda formada no salão do Clube Dores com os presentes em sua palestra, mediada pela professora Martha Najar, sobre a educação com olhar sensível à complexidade e boniteza do humano. Para ele, “ninguém nasce gente. Precisamos aprender a ser gente na escola”.

Acredita que o ser humano está perdendo a capacidade de ver, sendo induzido a enxergar apenas algumas coisas. Porém, a escola ainda está aberta: “na escola podemos fazer diferente da sociedade liberal e industrial. Podemos

ver com olhos de crianças”. Percebe, no entanto, que já há escolas que “passaram a ser como prateleiras de supermercado, cheias de pacotinhos que fazemos as crianças levarem para casa”.

Fazer uma educação com olhar sensível não significa abandonar os conteúdos, afirma Celso. “Podemos ter duas atitudes com eles. Colocá-los na frente do rosto como um livro que encobre a visão, nos cegando para o resto; ou usá-los para nos ajudar a ver melhor o mundo”. Defende que o conhecimento deve ajudar também a ser autoconhecimento, pois educar é mais do que somente transmitir conteúdo. E deixa um pedido para os professores: “nunca deixe morrer em vocês o olhar da criança”.



Foto: Mariana Olhaberriet

Foto: Tânia Regina Silva

guerra mundial, o povo começou a questionar os educadores e seus métodos por não terem conseguido prever a guerra através da educação pública.

Além disso, as professoras traçaram uma relação histórica sobre a contextualização feita e o cenário atual da política brasileira e mundial. Ainda falaram sobre a importância da luta sindical e da resistência em garantir condições melhores de trabalho, também ressaltando o valor das universidades públicas e a exposição das pesquisas feitas dentro dela.



ARTIGO

MOBILIZAÇÃO MARCA CINCO ANOS SEM PISO

No dia da Paralisação Nacional em Defesa da Educação, Sinprosm lembra o não cumprimento da lei federal pela Prefeitura

Os professores municipais de Santa Maria paralisaram atividades nesta terça-feira (13) em defesa da educação pública de qualidade. A mobilização aconteceu ao lado da prefeitura, onde a classe se utilizou de ironia para registrar os cinco anos sem o pagamento do piso salarial nacional no município: um bolo de aniversário foi distribuído aos presentes, transeuntes e, por último, na portaria do centro administrativo para que fosse entregue ao prefeito Jorge Pozzobom (PSDB).

“Na verdade quem está de parabéns é a categoria dos professores municipais, que tem recebido salário abaixo do piso, sem reajuste no auxílio-alimentação, sem carga-horária de planejamento, sem respostas de quem governa e sem esmorecer na sua missão de educar”, ilustrou a coordenadora de comunicação e formação sindical do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria, Celma Pietczak.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Após o ato, os professores dirigiram-se à Praça Saldanha Marinho e somaram-se às demais entidades na Paralisação Nacional em Defesa da Educação. Convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) contra os cortes orçamentários na educação, a data de luta também incorporou o combate à reforma da previdência e ao desemprego com a adesão de outras centrais sindicais.

A participação da categoria na Paralisação



Bolo distribuído pela categoria na mobilização de 13 de agosto no largo ao lado da prefeitura

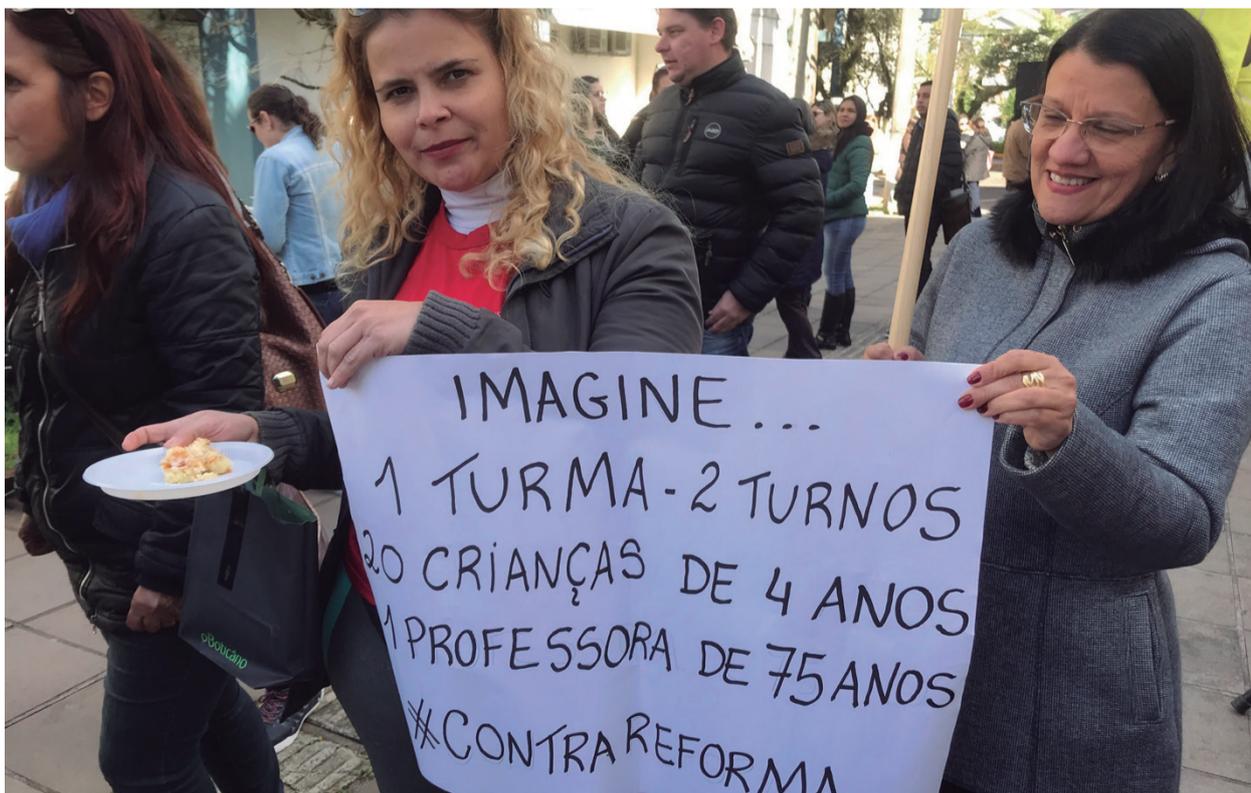
Nacional em Defesa da Educação foi ratificada na assembleia convocada pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria para a tarde do dia 2 de agosto. “Mesmo que no primeiro turno os estados e municípios tenham ficado de fora da reforma da previdência, já existem movimentos para a inclusão no segundo turno ou em reformas locais, como em Santa Maria. Temos que ter resistência a essas políticas”, disse na ocasião a coordenadora de Organização e Patrimônio Martha Najjar.

PAUTAS DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA

Muitas dúvidas sobre o plano de saúde, principalmente quanto à transição entre planos, caso o município venha a conveniar com o IPE Saúde; a possibilidade do servidor optar pela Unimed, não aderindo ao IPE; a finalidade do levantamento em andamento no site da Prefeitura; o destino do fundo de saúde do IPASSP-SM; e a alíquota para o servidor. “Não sabemos de fato qual será o percentual pago. Sabemos que será de, no mínimo, 13,78% sobre o salário total recebido pelo CPF, incluindo suplementações, ficando de fora apenas os auxílios alimentação e transporte”, explicou a coordenadora Celma Pietczak.

O advogado Héverton Padilha, da Wagner Advogados Associados, abriu a reunião com a exposição de três novas ações jurídicas. Tratam do desconto previdenciário relativo a parcelas não incorporáveis dos salários, licenças-prêmio não indenizadas e o pagamento de valores reconhecidos como devidos pelo município de exercícios anteriores. Para maiores informações, a assessoria jurídica atende no Sinprosm às terças-feiras no turno da tarde ou no escritório em horário agendado pelo telefone 3026-3206.

“Estamos vivendo momentos tensos, onde somos cerceados em nosso direito de crítica aos agentes públicos”, disse a professora Martha Najjar sobre o processo movido pelo prefeito Jorge Pozzobom contra a coordenação do Sinprosm relativo à mais recente edição do jornal sindical Primeira Classe e postagens nas redes sociais (mais informações na contracapa).



Professora de educação infantil, Daniele Barros protestou no dia 13 contra reforma da previdência

FORMAÇÃO

BAILE E CHÁ COM DATAS CONFIRMADAS

As aguardadas comemorações do Dia do Professor serão em locais inéditos para os 30 anos do Sinprosm



Baile do Dia do Professor em 2019 sai do Clube Recreativo Dores, onde aconteceu nos últimos anos, e vai ao Avenida Tênis Clube no dia 5 de outubro

Pode colocar na agenda: 5 de outubro é a data para confraternizar com os colegas a passagem do Dia do Professor e o aniversário de 30 anos da nossa entidade sindical. O Sinprosm realiza o Jantar-Baile do Dia do Professor com novidades. A primeira delas é o local: após alguns anos, o evento sai do Clube Recreativo Dores e passa para o Avenida Tênis Clube. “O ATC nos dá a possibilidade de aumentar o número de convites sem perder em qualidade da infraestrutura que os professores merecem para comemorar o seu dia”, explica a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

O buffet será servido pela Da Cás Eventos e a animação estará à cargo da Druzian Sonorizações. A grande novidade será a presença da A.M.A. Sparkling, empresa santa-mariense que serve espumante em torneira. Os convites começarão a ser distribuídos na metade de setembro.

O Chá das Aposentadas, por sua vez, acontecerá na sede do Clube Atirador Esportivo na tarde do dia 14 de novembro. Da mesma forma, os serviços serão realizados por Da Cás Eventos, Druzian Sonorizações e A.M.A. Sparkling.



Recentemente reinaugurado, o salão do Clube Atirador Esportivo receberá o Chá das Aposentadas

ARTIGO

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: VIVÊNCIAS E POSSIBILIDADES



A Educação Física enquanto componente curricular na escola ainda encontra diversos entraves em relação a sua prática e ao reconhecimento de sua importância pedagógica e formativa. Esse debate esteve e ainda está presente tanto na escola como nas universidades, embora haja um consenso entre os professores da área que algumas mudanças na maneira de pensar a Educação Física ocorreram ao longo das últimas décadas aliadas as mudanças da própria escola, dos alunos e da sociedade.

Com a aprovação e futura implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas brasileiras o desafio para a Educação Física escolar parece ser ainda maior. Embora novos temas e conteúdos a serem abordados pela área já estejam presentes, de alguma forma, nos currículos de formação de professores nas universidades, na escola esses mesmos conteúdos pouco são discutidos, tematizados ou praticados. Pensemos como exemplos os jogos eletrônicos, as danças urbanas ou os esportes relativamente novos para nossa cultura como o Rúgbi.

Essa diferença entre o discurso e a prática é um velho dilema. Na verdade, tão velho quanto a relação entre a Educação Física escolar discutida na universidade e a Educação Física escolar “da escola”. Talvez porque os sujeitos que pensam essas práticas não são os mesmos que tentam materializá-la. E justamente por isso há sempre a necessidade de que essas práticas ou essas formas de se pensar a Educação Física sejam continuamente repensadas por

aqueles professores que estão no “chão da escola”, ou seja, nós.

Cabe a nós mesmos pensarmos o que é e o que não é possível e a maneira como pretendemos realizar nossas intervenções. Penso que se não for dessa forma caímos sempre no mesmo discurso que é permeado pelos mesmos problemas: espaço físico ou materiais ou alunos (ou os três). Na prática, nossa sala de aula é outra, na verdade, outras. É um campo, uma quadra de cimento, de areia, coberta ou não, demarcada ou não, pequena, média, grande. Tenho raquetes, mas não tenho bolas de basquete; tenho cordas, mas não tenho um jogo de coletes. Enfim, adversidades.

No entanto, penso que nossa profissão exige uma constante atualização, uma formação continuada, a qual acredito que não deve se restringir apenas a cursos de formação, porque uma boa leitura ou uma busca virtual também podem nos dar um bom embasamento para nossa prática. O diálogo e a troca de ideias com colegas professores também me parece ser uma boa alternativa porque podemos socializar iniciativas, propostas, metodologias, etc.

Nessa perspectiva, baseado em minhas práticas e também pela narrativa de outros colegas, podemos considerar que uma outra Educação Física é possível. Não aquela esportivizada, do rendimento, dos anos 80, tampouco a do largar a bola para os alunos fazerem dela o que bem entenderem, mas sim uma Educação Física responsável e que tem uma importância pedagógica e formativa para nossos alunos ao trabalhar tantos e tantos temas e conteúdos que compõem

uma cultura das práticas corporais. Essa Educação Física que me refiro necessita sim de reflexão, de trabalhos teóricos, do “aprender sobre” o vôlei, por exemplo, mas fundamentalmente que mantém as suas raízes na prática, no fazer corporal que é a nossa origem e a nossa particularidade.

E assim, da prática, dos trabalhos possíveis e necessários, agregamos temas e assuntos que perpassam nossos conteúdos. Preconceito racial, discussões de gênero, saúde e outros assuntos que estão nos entremeios das práticas esportivas, por exemplo. São demandas sociais que a escola enquanto instituição precisa abordar e a Educação Física não pode ficar em uma bolha fora dessa realidade. Por isso, temas como esses podem ser abordados a partir da exposição de filmes e documentários, trabalhos em grupo, pesquisa, entre outras metodologias. Nem tudo pode ser trabalhado na prática como estamos acostumados, mas isso não significa que não possa ser tematizado.

Nesse sentido, nossa roda de conversa sobre Educação Física escolar no VII Seminário Educação em Foco promovido pelo SINPROSM terá o intuito de apresentar vivências práticas e ideias para uma Educação Física possível. A participação dos professores é de fundamental importância. Novos olhares e experiências são sempre bem-vindas em um espaço de discussão e construção de um bem comum.

Felipe Barroso de Castro

Mestre em Educação Física (UFMS)

Professor de Educação Física da Rede Municipal de ensino de Santa Maria/RS

Memória Sinprosm

VERA ALVES, A CLASSISTA

O interesse pela a história humana fez a cachoeirense trocar a Biologia pela História. Sindicalista em Santa Maria e Restinga Seca, a identidade de classe pauta a conversa com o Primeira Classe



Faz 29 anos que virei “santa-mariense”. Nasci em Cachoeira do Sul, vim fazer História na UFSM em 1990, concluí, comecei a trabalhar e fiquei. Família continua lá, vou seguidamente. Estudei sempre em escola pública, no 1º e 2º graus. Queria fazer Biologia, que sempre fui apaixonada, mas conheci pessoas na área de História e me identifiquei mais com a questão da história humana.

INFLUÊNCIA

Sempre digo que minhas professoras de escola foram muito importantes, mas na época não tinha muito organizado na cabeça o papel do professor perante os movimentos sociais. Eu atuava desde o 2º grau no grêmio estudantil, participei de manifestações contra a ida do Collor em Cachoeira nas eleições, e dali comecei a entender. Foi a primeira vez que vi o que era participar de um movimento. Quando vim para Santa Maria quase sempre estive envolvida no Diretório Acadêmico. O meu caminho por aí tem a influência desse espaço da escola, vendo as dificuldades, os movimentos de greve, a luta pelos direitos, que talvez tenham me levado para a História e os movimentos que eu viria a participar.

IDENTIDADE

Formei em 1995 e fiz concurso para a prefeitura em Restinga Seca, onde trabalho até hoje. Cheguei a ser presidente do sindicato lá e estive cedida por três anos. O momento também é muito difi-

cil, com um esvaziamento a partir do trabalho de culpabilização do professor pela baixa qualidade da aprendizagem e a categoria como privilegiada. Perdeu-se o sentido do coletivo e não sei como vamos reverter. Muitos pensam que estão pagando o sindicato sem ganhar nada. O sindicato organiza e dá corpo para essa categoria, por isso temos que cobrar que ele não seja partidário ou vinculado a uma ideologia, o que só se faz estando dentro do sindicato. Muitas ainda entram no magistério, não buscam a sua entidade sindical e fazem o trabalho contrário, dizendo que não é importante. Acredito que isso seja meio geral, em outras cidades deve estar acontecendo isso e em outras categorias também. Existem especificidades e, no nosso caso, pensamos além do vale-alimentação, do plano de saúde, em coisas que dão identidade à categoria, como a parte da formação, da qualidade da educação.

NA ESTRADA

Comecei no município em Santa Maria na Escola Miguel Beltrame, com as manhãs em Restinga Seca. Depois fiquei cinco anos na Francisca Weinmann. Saíamos de Restinga ao meio-dia, de van, almoçava algum lanche na escola ou guardavam alguma coisa pra mim. A minha geração passou por muito dessas coisas, talvez gerações mais novas não se sujeitem. Conheço colegas que fizeram coisas com ainda mais sacrifício. Meu sonho era trabalhar em Camobi e, um belo dia em 2010, consegui uma vaga no Vicente Farenzena. Ficou

mais rápido o acesso. Fiquei um tempo com a disciplina de história nos 6º, 7º e 8º anos, depois tive uma licença-saúde e, quando retornei, vim para a secretaria da escola.

CONSTRUÇÃO

Entrei no município e já procurei o sindicato. Sempre participei das assembleias, manifestações, atos públicos. Nas dificuldades de montar o grupo para a chapa eu fui convidada na época pela Leda, o Antônio Lídio, a Suzetti, a Liliana, o Paulo Merten. Fiquei naquele período, por uma gestão, na Coordenação de Formação Sindical. Depois, quando a Martha entrou me convidou de novo, mas eu já tinha abraçado muita coisa e acho ruim dizer que vai participar e depois não conseguir. Das lutas, o processo de construção do plano de carreira eu participei bastante. Foi um grande avanço comparado ao que tínhamos antes, e eu também comparava com Restinga. Foi um processo bem difícil, que eu considero o auge da nossa força de categoria. A criação do Seminário Educação em Foco também é um momento importante, como coloquei no início: fazer uma formação vai dando mais corpo para a categoria. Cada um faz por diferentes fatores, mas estar lá fortalece a categoria.

TEMPO DE REFLEXÃO

O que vejo nas escolas é que a gente fala em muitas coisas, mas política, movimento sindical, luta por direitos, reforma da previdência, neste momento não está sendo possível discutir. Isso sinaliza um momento. A gente guarda a chama de um movimento que esteve em ascensão e estamos ainda nos recuperando. Momentos passam e, de certa forma, a gente precisava viver esse para ver as verdades virem à tona. Por muito tempo as pessoas mascaravam os seus posicionamentos, todo mundo tinha um discurso democrático, de inclusão, de aceitação, e não eram assim. Tanto que houve espaço para o crescimento de ideias tão conservadoras, reacionárias, retrógradas. Esse momento permitiu explicitar isso. Para os movimentos sociais, sindicatos, partidos, é o momento de reflexão. Onde a gente se perdeu? Que política a gente estava fazendo? Tem gente querendo ditadura. Em algum momento os movimentos sociais não deram conta de uma demanda que estava posta. Eu vejo que vai passar e o que vem depois vai ser diferente, precisa ser diferente.



Vera (ao centro), com colegas de magistério, nas recentes mobilizações contra a reforma da previdência

POZZOBOM PROCESSA SINPROSM POR CAPA DA EDIÇÃO DE JUNHO DO PRIMEIRA CLASSE

A coordenação do Sinprosm está sendo acionada cível e criminalmente pelo prefeito de Santa Maria devido a críticas na capa da edição de junho do Primeira Classe. O jornal trouxe a foto de Pozzobom com a inscrição “procurado”, fazendo referência às mobilizações de maio e junho, quando a categoria concentrou-se em frente ao prédio da prefeitura solicitando a presença do chefe do Executivo Municipal para que justificasse a reposição salarial parcelada concedida ao funcionalismo. Na ocasião, Pozzobom ignorou o chamamento e bloqueou o acesso ao hall do prédio.

O processo cível foi judicializado no dia 25 de julho na 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria, requerendo a tutela de urgência para a retirada do post com a capa do jornal das redes sociais e o recolhimento das 2.200 unidades impressas, pedido deferido pelo juiz Michel Martins Arjona. O Sinprosm recorreu da decisão e impetrou agravo de instrumento e embargos de declaração. Uma audiência de conciliação está marcada para 9 de outubro.

Pozzobom registrou também boletim de ocorrência contra a coordenação e o jornalista responsável. No último dia 21 de agosto, todos os citados prestaram depoimento na 1ª Delegacia de Polícia.

CRÔNICA EM REDE

PROFESSOR PODE OPINAR, SIM!



Sou professor. Sou, portanto, um profissional que trabalha com o conhecimento. O conhecimento com que trabalho é o conhecimento atual, isto é, o mais avançado elaborado pela humanidade ao longo da sua história. O conhecimento e a atividade prática consciente nos definem, entre outras coisas, como membros do gênero humano.

Por conseguinte, ao proporcionar o conhecimento, o trabalho do professor humaniza. Ou seja, é um trabalho que provoca a humanização em seres cuja humanidade existe como potencial – isto, mesmo considerando-se as contradições presentes em nossa sociedade e que essas contradições afetem todo e qualquer trabalho de cunho formativo. Dizer que o ser humano se humaniza mediante o trabalho educativo significa dizer que ele adquire particularidades próprias e especificidade em relação aos demais seres da natureza.

Surge, então, a polêmica: o professor pode opinar? O professor é alguém com formação teórica reconhecida pela sociedade em áreas específicas do saber. Faz parte das exigências de sua profissão estar em aprendizado constante, a fim de se apropriar do conhecimento produzido por pesquisas recentes. O conhecimento, como se sabe, avança rapidamente. É preciso atenção, disciplina e esforço permanentes para estar atualizado, em termos de saber, para a realização das tarefas próprias ao métier do professor. Por vincular-se a uma área do saber específica, o professor é um especialista. Mas pela possibilidade de interagir com as diversas áreas do saber, cujas fronteiras nem sempre são rígidas, o professor pode tornar-se um generalista.

Logo, o professor tem o dever de ofício de dar sua opinião, quando solicitado e quando as situações próprias a seu trabalho assim exigirem. Sua opinião deve ser coerente, lógica, calcada em argumentos sólidos e embasada em estudos científicos consistentes. Mesmo que a opinião cause divergência – e inevitavelmente causará, em muitos momentos –, ela deve ser ouvida, reconhecida e respeitada como tal.

A discordância de opiniões não é ruim. O conhecimento avança justamente quando há o debate franco de ideias entre pontos de vista discordantes. A verdade é filha da discussão mais que da simpatia. A sociedade precisa, para se aprimorar, do debate, da apropriação do conhecimento, da humanização proveniente do trabalho educativo. O brasileiro lê, em média, cerca de três livros por ano. Mais do que nunca precisa dos professores. Portanto, o professor pode, sim, dar sua opinião. Isso é mais que uma necessidade prática da profissão: é um direito inegociável e irrenunciável seu como trabalhador.

Demétrio Cherobini

Professor da rede municipal de Santa Maria, mestre e doutor em Educação pela UFSC, pós-doutor em Sociologia pela Unicamp/SP

Envie seu texto com até 2.000 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com e participe!

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najjar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares